

EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E O NOVO PERFIL DOS (DAS) ESTUDANTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

Patrícia Vieira Trópia – Universidade Federal de Uberlândia¹
Leonardo Barbosa e Silva – Universidade Federal de Uberlândia

Introdução

O objetivo desta Comunicação é analisar o impacto que mudanças políticas implementadas no ensino superior público produziram nas universidades federais no Brasil contemporâneo.

A expansão das universidades federais, as mudanças nos processos seletivos, a implantação do sistema ENEM SiSU, a política de cotas e o Programa Nacional de Assistência Estudantil produziram mudanças no perfil dos (das) jovens universitários (as).

Nossa intenção nesta comunicação é analisar os resultados de um *survey* (Pesquisa Perfil do Graduando IFES – 2014) realizado com 130.959 estudantes de graduação de 62 (sessenta e duas) universidades federais, *survey* que captou mudanças no perfil dos (as) graduandos (as) especialmente no que tange à origem social, renda, cor/raça - o que nos levou à conclusão que o ensino superior público federal no Brasil contemporâneo tornou-se mais acessível a estudantes negros (as), inclusivo e popular.

O *survey* realizado revela que quase triplicou o número absoluto de negros (as) (pretos e pardos) nas IFES e que 66,19% vivem com renda per capita média familiar de até 1,5 salário mínimo, sendo que 31,97% vive com até 0,5 salário mínimo e 21,96% vive com renda entre 0,5 e 1 salário mínimo. Os dados mostram que 1/3 dos (das) estudantes universitários (as) do sistema federal de ensino superior são trabalhadores (as) remunerados (as) que estudam, majoritariamente, nos cursos noturnos e que 2/3 do total dos (as) estudantes (as) pesquisados (as) ingressaram por livre concorrência (ENEM, processos seletivos) e 1/3 como cotista (a).

¹ Agradecimentos à FAPEMIG.

Parte I - A Expansão do Ensino Superior nos anos 2000

O Ensino Superior público federal viveu nos anos 2000 um singular período de expansão. Os governos comandados pelo Partido dos Trabalhadores, nas gestões de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2015), retomaram os investimentos nas universidades federais promovendo a expansão de vagas, a criação de novas instituições e a abertura de novos campi no âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais “REUNI”, muito embora, e paralelamente, seja necessário reconhecer, deram continuidade a um conjunto de programas e ações que ampliaram o espaço da iniciativa privada. Entre tais programas voltados ao ensino superior privado poderíamos citar: a instituição do Programa Universidade para Todos (ProUni), a Lei de Inovação Tecnológica, a educação à distância e as Parceria Público-Privadas (PPPs). O ProUni, que respondia às demandas da “nova burguesia de serviços” (TROPPIA, 2009) diante do problema de vagas ociosas enfrentado (SAVIANI, 2010), destinava-se, como sabemos, à compra de vagas em instituições superiores privadas e se baseia na renúncia fiscal, na medida em que ficam isentas do pagamento dos seguintes impostos: Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e Contribuição para o Programa de Integração Social. Ademais, a rede privada de Ensino Superior continua sendo a principal responsável pela Educação Superior, tendo respondido, em 2015, por $\frac{3}{4}$ do total de matrículas.

Em que pesem os traços privatistas mantidos, Saviani reconhece que os anos 2000 foram marcados por expansões de vagas e instituições. As contradições inerentes ao sistema capitalista e a vaga aberta pelo REUNI permitiram a expansão das oportunidades de ingresso no ensino superior público federal para algumas centenas de milhares de jovens negros, oriundos de famílias com renda até 1 e meio salários mínimos. Os números podem ser atestados no próprio estudo realizado pela Comissão constituída pela Portaria nº 126/2012, na qual se percebe um crescimento de mais de 100% de incremento no número de vagas ofertadas entre 2003 e 2011². Em 2003, o número de vagas ofertadas em cursos de graduação presenciais nas universidades federais era de 109.184, passando para 231.530 em 2011.

² O Ministério da Educação instituiu uma Comissão, composta por representantes da Associação de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), da União Nacional de Estudantes (UNE), dois representantes da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e dois representantes da Secretaria de Educação Superior do MEC (SESu), que foi incumbida de

O crescimento do número de vagas tem relação direta com a abertura de novas instituições federais de ensino superior. Foram criadas 19 IFES no período de 2005 a 2013, contemplando as quatro regiões do país, conforme o Quadro abaixo.

QUADRO 1 - Instituições Federais de Ensino Superior criadas entre 2005 e 2013 no Brasil

Universidades	Sigla	Região	Ano de criação
1. Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL	Sudeste	2005
2. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	Sudeste	2005
3. Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	Sudeste	2005
4. Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	Nordeste	2005
5. Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	Sudeste	2005
6. Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	Sul	2005
7. Universidade Federal do ABC	UFABC	Sudeste	2005
8. Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	Centro Oeste	2005
9. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	Nordeste	2005
10. Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	Sul	2008
11. Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	Sul	2008
12. Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	Sul	2009
13. Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	Norte	2009
14. Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA	Sul	2010
15. Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira	UNILAB	Nordeste	2010
16. Universidade Federal do Oeste da Bahia	UFOB	Nordeste	2013
17. Universidade Federal do Sul da Bahia	UFSB	Nordeste	2013
18. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	UNIFESSPA	Norte	2013
19. Universidade Federal do Cariri	UFCA	Nordeste	2013

Fonte: (BRASIL, 2014)

A tabela abaixo mostra a distribuição percentual e em números absolutos das Universidades Federais por Unidade da Federação. Houve um crescimento de 42% do número de universidades federais no país no período 2002-2013, crescimento que foi mais significativo no Sul (83%) e no Nordeste (50%) do país. O mesmo ocorreu com novos campi que cresceram 116% em termos nacionais. Mas é na região Nordeste e Norte que se observa a maior proporção de novos Campi universitários. No Nordeste o crescimento foi de 200% na região Norte de 133% e no Sul de 117%.

acompanhar as ações voltadas à consolidação dos programas de expansão das Universidades Federais e de tratar dos assuntos estudantis correlatos ao tema.

TABELA 1 - Expansão da educação superior nas universidades federais – por região – 2002-2013

Região	IFES			CAMPUS		
	2002	2013	△%	2002	2013	△%
Norte	8	10	25%	24	56	133%
Nordeste	12	18	50%	30	90	200%
Sul	6	11	83%	29	63	117%
Sudeste	15	19	27%	46	81	76%
Centro-oeste	4	5	25%	19	31	63%
TOTAL	45	63	42%	148	321	118%

Fonte: (BRASIL, 2014)

Movimento semelhante observa-se quando tomamos outros indicadores tais como cursos, vagas e matrículas. Houve um aumento de 116% no número de cursos, 115% no número de vagas e 82% no número de matrículas, no período 2002-2013. No que diz respeito aos cursos, Sudeste e Sul apresentam um crescimento acima de 200%, conforme a tabela. Por sua vez, em relação às vagas há um crescimento superior a 100% em todas as regiões, exceto na região Norte. Finalmente, o número de vagas mais do que dobra na região Sul e tem crescimento muito expressivo nas demais, com destaque para Sudeste e Nordeste.

TABELA 2 - Expansão de indicadores acadêmicos na educação superior - universidades federais – por região 2002-2013

Região	CURSOS			VAGAS			MATRÍCULAS		
	2002	2013	△%	2002	2013	△%	2002	2013	△%
Norte	478	714	49%	16.755	30.094	80%	76.779	128.228	67%
Nordeste	583	1.299	123%	33.587	75.052	123%	147.464	281.421	91%
Sul	286	951	233%	17.152	42.241	146%	75.985	157.206	107%
Sudeste	430	1.332	210%	32.509	71.502	120%	139.641	275.687	97%
Centro-oeste	270	571	111%	13.260	27.044	104%	60.590	89.721	48%
Total	2.047	4.867	145%	113.263	245.993	115%	500.459	932.263	82%

Fonte: (BRASIL, 2014)

Os números acima comprovam um crescimento substancial do número de cursos, matrículas e vagas no período de expansão das IFES no Brasil.

Tal expansão foi possível em função do aumento do investimento estatal. Em 2013, segundo Nascimento e Verhine (2017), o governo brasileiro destinou à educação superior 20% de todo o dispêndio público com educação feito no país. O orçamento para manutenção da Universidades Federais cresceu de 1 bilhão, em 2002, para 4,8 bilhões em 2013 (ANDIFES, 2017).

Esta expansão quantitativa de instituições, novos campi e vagas produziram, por sua vez, impactos também de natureza qualitativa, incidindo na dinâmica regional, econômica e

social. Além da expansão quantitativa, Marques e Cepêda (2012) destacam a expansão geográfica, de acesso e de funções.

Segundo Marques e Cepêda (2012), o aumento de investimentos produziu uma inflexão na política para o Ensino superior, na medida em que se contrapôs à concentração de instituições federais de ensino superior em regiões metropolitanas, de maior poder aquisitivo e maiores indicadores socioeconômicos. Segundo os autores, tal inflexão concretizou-se com a criação de novas unidades 1) em regiões com grande densidade demográfica e baixa cobertura universitária pública de nível público, 2) em regiões distantes ou seja mais afastadas e com demandas específicas de cursos de licenciatura e 3) em regiões de fronteira com características de integração e escoamento regional. Além disso, foram considerados os papéis de internacionalização e a necessidade de integração interna e externa

A criação de novas universidades através do projeto de expansão universitária do governo federal e do REUNI (1a. fase – expansão para integração e internacionalização, 2008/2010) priorizou as mesorregiões de fronteira: no caso da região Sul com a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e da UNILA (Universidade da Integração Latino-Americana); e na região norte a UFOPA (Universidade Federal do Oeste do Pará), com sete campi (caracterizados pela instalação em microrregiões de difícil acesso) e sede em Santarém; e no nordeste a UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira) com sede em Redenção-CE (MARQUES; CEPÊDA, 2012, p.84).

O processo de interiorização poderia, por sua vez, “promover a integração entre universidade e comunidade de forma a assegurar o desenvolvimento de pesquisas e a formação de profissionais mais condizentes com a realidade” regional e local, voltada para o desenvolvimento socioeconômico regional (MARQUES; CEPÊDA, 2012, p.86).

Ademais, no período, cerca de 20 mil professores e técnico-administrativos concursados foram contratados, contribuindo para também dinamizar econômica e culturalmente as regiões do interior que foram contempladas.

Por sua vez, as expansões quanti e qualitativa do ensino federal superior brasileiro foram acompanhadas pela utilização de novos mecanismos de recrutamento de discentes. Os vestibulares e os processos seletivos, descentralizados por universidades, foram substituídos total ou complementarmente pelo Sistema de Seleção Unificada – SiSU, sistema informatizado, implementado pelo governo federal, que se vale das notas obtidas por estudantes no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) para alocar candidatos (as) em instituições credenciadas.

Comparado ao tradicional processo seletivo do vestibular, no qual a seleção é realizada mediante a realização de uma prova por universidade, o SiSU apresenta-se mais flexível já que o postulante a vaga tem a possibilidade de escolha de qualquer universidade pública que tenha aderido ao sistema no país, bem como de qualquer curso, bastando para isso ter obtido nota no ENEM que o qualifique (CAMARGOS; GONÇALVES; BRUNOZI JÚNIOR, 2014).

É plausível supor que as oportunidades abertas pelo SiSU a milhares de estudantes do ensino médio, para que encontrem uma vaga em universidades de todo o país, signifique um potencial importante de mobilidade territorial. Tal mobilidade tem o potencial de deslocamento também de toda a diversidade regional brasileira, transformando os campi em espaços mais cosmopolitas e complexos. Hoje o SiSU é um sistema que atrai um número de estudantes crescente que, tal como atesta o estudo realizado pela FLACSO, passara de 793.910 candidatos, em 2002, para 2.791.334 em 2015 (RISTOFF, 2016)

Além do SiSU, deve-se também dar destaque ao impacto da Lei Federal nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas para as universidades federais. Em estudo realizado dois anos após a promulgação da lei, o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA-UERJ) já havia assinalado o caráter inclusivo da nova legislação. Propondo uma razão entre o percentual de cotas estabelecidas nas universidades das várias regiões do país e a proporção de estudantes pretos e pardos em cada uma das instituições, o grupo criou um índice de Inclusão Racial. Em 2014, as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul apresentavam significativa evolução positiva nos índices de Inclusão (DAFLON; JÚNIOR; CAMPOS, 2013).

Que impacto tais mudanças produziram no perfil dos estudantes das universidades federais brasileiras? É o que abordaremos no próximo item.

Parte II - O novo perfil dos estudantes das universidades federais brasileiras

A implementação de cotas raciais e do SiSU nas universidades alterou o quadro de composição social e racial dessas instituições. A IV Pesquisa de Perfil dos (as) Graduandos (as) das IFES (FONAPRACE/ANDIFES, 2016) nos permitiu captar um cenário particular, que evidencia que o ensino superior federal se tornou mais acessível, popular e inclusivo. Inicialmente, é notório que as universidades federais são hoje, no Brasil, mais negras.

Em 2003, autodeclarados (as) brancos (as) somavam 59,4% da população dessas instituições, em 2010 esse índice caiu para 53,93% e em 2014/5 reduziu para 45,67%. Na

tendência oposta, autodeclarados (as) pretos (as) têm crescido em participação nas IFES na respectiva cronologia de 5,9%, para 8,72% e 9,82%. Pardos (as), na mesma trajetória, foram de 28,3% para 32,08 e em 2014/5 para 37,75%. Em outras palavras, 47,57% dos (as) estudantes das IFES são negros (as). Em valores absolutos, quase triplicamos sua participação, comprovando o sucesso das políticas de democratização do acesso e das cotas.

TABELA 3 - Percentual de estudantes das IFEs por raça/cor/etnia nos anos de 2003/4, 2010, 2014/5.

Raça/cor/etnia	2003 (%)	2010 (%)	2014 (%)
Branca	59,4	53,93	45,67
Preta	5,9	8,72	9,82
Indígena	2,0	0,93	0,64
Amarela	4,5	3,06	2,34
Parda	28,3	32,08	37,75

Fonte: ANDIFES/FONAPRACE, 2004, 2010, 2014.

Entretanto, além de enfrentar a questão racial no seu acesso, é possível mostrar que as Instituições Federais de Ensino Superior também tem incorporado estudantes com renda mais baixa, uma vez que 66,19% de seus discentes vivem com renda per capita média familiar de até 1,5 salário mínimo, sendo que 31,97% vive com até 0,5 salário mínimo, e 21,96% vive com renda entre 0,5 e 1 salário mínimo. Dentro do perfil de vulnerabilidade social e econômica, os (as) discentes que vivem com até um salário mínimo representam 81,47%. Constata-se aqui um efeito positivo das cotas sobre o ingresso daqueles que possuem níveis de renda mais baixos – o que levou a média de renda per capita dos discentes para R\$ 916,80, com destaque para a média das regiões Norte e Nordeste que não superam os R\$ 717,00.

TABELA 4 - Percentual de estudantes das IFEs segundo Região por renda per capita mensal do grupo familiar 2014/5.

Renda	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Nacional
Até ½ SM	22,79	45,79	45,9	22,39	21,83	31,97
De ½ a 1SM	20,26	21,49	20,64	22,42	23,90	21,96
De 1 a 1,5 SM	13,12	9,38	9,52	14,37	14,64	12,26
Total	56,17	76,66	76,07	59,18	66,37	66,19

Fonte: IV Pesquisa do Perfil do Graduando das IFES – 2014 (Elaboração própria).

O corte de 1,5 salários mínimos é o mesmo que o Decreto do PNAES estabelece para cobertura de seu público alvo e em situação de vulnerabilidade social e econômica³. Em outras palavras, dois de cada três estudantes enquadram-se no perfil vulnerável, um valor até 50% maior do que aquele registrado na pesquisa feita em 2010. Em que pese este cenário nacional, deve-se atentar também para o fato de que regionalmente as disparidades são ainda maiores, pois nas regiões Norte e Nordeste este percentual chega aos 76%.

Por sua vez, o perfil encontrado é bastante diverso, em boa medida reproduzindo outras lógicas de desigualdade como de gênero. As IFES continuam fundamentalmente femininas: 52,7% do total de estudantes são do sexo feminino. As discentes do sexo feminino são maioria em todas as regiões do país e estão mais concentradas em cursos das Área de Ciências Sociais aplicadas, enquanto do sexo masculino nas Engenharias.

No entanto há discrepâncias evidentes no que tange à renda. Em média uma discente das IFES tem renda per capita de até R\$ 835,00, enquanto um discente auferia R\$ 1.007,00. Decompondo este quadro de renda pelo corte cor ou raça, percebemos que as estudantes pardas possuem renda per capita média mensal familiar de R\$ 695,00, enquanto autodeclaradas pretas R\$ 605,00, quilombolas R\$ 489,00, indígenas não-aldeadas R\$ 583 e indígenas aldeadas R\$ 463,00.

Salta aos olhos que as IFES, tal como toda a sociedade brasileira, reproduzem desigualdades raciais, de renda e de gênero.

A comprovação é nítida quando observamos o perfil daqueles (as) que usufruem das oportunidades de mobilidade nacional e internacional. Há um claro recorte de renda e de sexo, pois a mobilidade internacional é masculina e de difícil acesso aos menos abastados. Da mesma forma, as atividades de pesquisa (PIBIC), Extensão, Ensino (PIBID) também são preferencialmente ocupadas por estratos de renda mais elevados – o que reforça a necessidade das IFES produzirem políticas afirmativas, políticas de assistência estudantil que promovam equidades, criando condições internas de justiça e contribuindo para que o país também possa construir condições de existência mais democráticas.

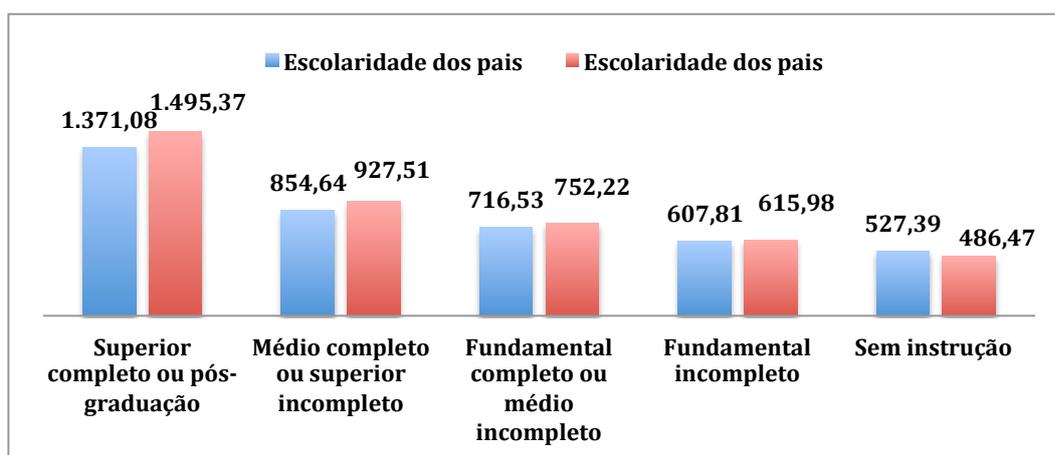
A análise do novo perfil dos graduandos nos permite vislumbrar um potencial mecanismo de ascensão social. Os dados mostram que 65,34% dos (as) discentes já possuem

³ Em relatório recente intitulado “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, o Banco Mundial aponta que 65% dos discentes das IFES encontram-se entre os 40% mais ricos do país. Importa destacar que, primeiramente, o BIRD equivoca-se na metodologia quando utiliza dados exclusivamente de estudantes entre 18 e 24 anos, deixando de avaliar mais de 30% da população das IFES. E, por outro lado, aponta justamente o contrário daquilo que a IV Pesquisa Nacional captou, ou seja, o caráter mais popular das IFES brasileiras.

nível de educação formal superior ao de suas mães e 68,08% têm nível de escolaridade formal superior aos pais. São dados que indicam um vetor de mobilidade social ascendente.

O nível de escolaridade dos pais é, por sua vez, diretamente proporcional à renda média per capita mensal familiar, como podemos ver no gráfico abaixo. São justamente os jovens cujos pais e mães tem o mais alto nível de escolaridade os que tem a maior renda per capita média do grupo familiar.

GRÁFICO 1 – Renda per capita média (R\$) do grupo familiar



Fonte: IV Pesquisa do Perfil do Graduando das IFES – 2014 (Elaboração própria).

O desafio posto, neste sentido, é, além da consolidação da política, a permanência e, na sequência, a conclusão do curso. Neste longo caminho, dificuldades se apresentam, pois 11,78% de todos os (as) discentes das IFES possuem filhos, número mais expressivo na região Norte (19,73%), sendo que vários (as) deles (as) são obrigados (as) a deixar seus filhos (as) sozinhos (as), levarem para universidade, etc. Não por outra razão o PNAES possui a política de creche como um de seus eixos.

Outra dificuldade recorrente é a necessidade de trabalhar. Do universo pesquisado, 35,39% dos (as) discentes trabalha, com presença superior de discentes do sexo masculino e regionalmente mais expressivos no Sul do país. Em cruzamento com o número de horas dedicadas ao estudo, conclui-se que trabalhadores (as) dedicam um número menor de horas e normalmente possuem jornadas de trabalho diárias superiores a 20 horas. Isto significa que o trabalho ocupa uma parte significativa das horas semanais, concorrendo com o estudo e, obviamente comprometendo a formação discente.

Outra constatação importante diz respeito à origem escolar do público pesquisado. Deve-se ter claro que a maioria (60,16%) fez toda sua trajetória da educação básica integralmente na rede pública, destacando que quanto mais recente for o ingresso, maiores

são os valores alcançados, sendo que aqueles (as) que ingressaram após 2013 já correspondem a 64,53% de estudantes com vida escolar exclusiva em instituições públicas.

Todavia, há discrepâncias relevantes a serem destacadas, pois a clivagem racial demonstra uma relação direta entre cor da pele e origem escolar, comprovadas pelo quantitativo de 68% de pardos, 75,6% de pretos não quilombolas, 78,3% de pretos quilombolas, 66,9% de indígenas não aldeados e de 85,7% de indígenas aldeados cuja origem escolar está vinculada absolutamente às escolas públicas. Deve-se reconhecer que, para além de políticas afirmativas para negros e indígenas, as políticas de permanência para remanescentes de quilombos e indígenas aldeados merecem destaque no rol das ações de assistência estudantil.

No tocante à qualidade de vida, o público pesquisado apresenta um perfil preocupante. Aproximadamente 61% dos (as) discentes das IFES é sedentário (a), não realizando atividades físicas ou limitando-as às frequências inferiores a uma vez por semana. Deste percentual de sedentarismo, as mulheres são majoritárias. As razões que explicam o sedentarismo podem ser diversas, mas a própria pesquisa sinaliza que 33% dos (as) pesquisados (as) indicam que as IFES não possuem as condições para a prática de esporte ou lazer. As implicações para a permanência, para o desempenho acadêmico, para a ambientação, para o bem estar e a qualidade de vida, são muitas.

Quando perguntados se procuram o serviço de saúde, mais de 60% ou nunca procura ou somente o faz em casos de extrema necessidade, sendo que mulheres procuram mais do que os homens e estratos com renda inferior procuram menos. Trata-se de um público que, em pelo menos 30% de seu conjunto, fez ou faz uso de medicação psiquiátrica, apresentando dificuldades emocionais para desempenhar suas atividades acadêmicas (80%), sendo que quase 60% sofre de ansiedade, quase 20% de tristeza persistente, 10% medo ou pânico, 32% insônia, 6% ideia de morte e 4% pensamento suicida. Os dois últimos valores merecem destaque, uma vez que em termos absolutos poder-se-ia dizer que quase 60 mil discentes tem ideia de morte e temos aproximadamente 40 mil potenciais suicidas. Reforçamos aqui a importância de uma equipe em número e qualidade capaz de lidar com este desafio, garantindo a permanência e, também, salvando vidas. Mas estas equipes devem ser orientadas por políticas nacionais ainda ausentes e, por tudo que aqui se apresentou, urgentes. Tratam-se das políticas de esporte e lazer, de saúde e de cultura.

Ainda no tocante à qualidade de vida, interessava saber quais dificuldades impactam mais decisivamente sobre a permanência e o desempenho acadêmico do corpo discente. Percebeu-se na pesquisa que as dificuldades financeiras respondem pelas dificuldades

acadêmicas de 42% dos (as) discentes, seguidas pela carga excessiva de trabalhos estudantis (31,14%), da falta de disciplina de estudo (28,78%), relação professor-estudante (19,8%), dificuldades de aprendizado (16,22%), dentre outras. Importa notar que 2,1% destacou que a violência física sofrida tem impactado em seu rendimento acadêmico, assim como a violência sexual (1,07%) e as discriminações e preconceitos (9,76%).

Conclusões

Os desafios colocados e inerentes à universidade pública brasileira são muitos, malgrado o fato da rede privada de Ensino Superior ser responsável por $\frac{3}{4}$ do total de matrículas na Educação Superior.

A análise da expansão do ensino superior público federal, ocorrida nos governos do Partido dos Trabalhadores, revela mudanças no perfil dos (das) estudantes das universidades federais brasileiras.

O acesso ao ensino superior público federal hoje é mais democrático: entram mais estudantes negros (as); a maioria absoluta é oriunda de famílias com renda média per capita global de até 1 e meio salários mínimos e alcançou um nível de escolaridade superior ao de seus pais e mães.

Os resultados da política de expansão, especialmente seu impacto entre os (as) estudantes, devem ser tomados como um “patrimônio” por todos que os lutam e defendem a universidade pública, laica, gratuita e de qualidade, a igualização socioeconômica e a transformação social.

Bibliografia

ANDIFES – Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Universidades Federais – Patrimônio da Sociedade Brasileira, Brasília, Andifes, 2017. Disponível em <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Andifes-VERSAO-DOWNLOAD-REDES-SOCIAIS-E-WHATSAPP.pdf>. Consultado em 9/12/2017.

BRASIL. Análise sobre a expansão das Universidades Federais 2003 a 2012. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014. Brasília: [s.n.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Consultado em 9/12/2017.

CAMARGOS, A. J. DE; GONÇALVES, R. M. L.; BRUNOZI JÚNIOR, A. C. Políticas Públicas de Democratização do Acesso ao Ensino Superior: A Utilização do SiSU na UFVCRP. *Revista Brasileira de Educação e Cultura*, n. 9, p. 63–88, 2014.

DAFLON, V. T.; JÚNIOR, J. F.; CAMPOS, L. A. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. *Cadernos de Pesquisa*, v. 43, n. 148, p. 302–327, 2013.

FONAPRACE/ANDIFES. *Perfil dos graduando UFU - 2014*. Uberlândia: CEPES/UFU, 2015. Disponível em: <http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/perfil_graduandos_uvu_2014.pdf>.

FONAPRACE/ANDIFES. *IV Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos da IFES*. Brasília: FONAPRACE/ANDIFES, 2016. Disponível em: <<http://201.57.207.35/fonaprace/wp-content/uploads/2016/08/DIAGRAMACAO-perfil2016.pdf>>.

MARQUES, A. C. H.; CEPÊDA, V. A. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 42, n. 0, p. 161–192, 2012.

NASCIMENTO, P. A. M. e VERHINE, R. E. Considerações sobre o investimento público em educação superior no Brasil. *Radar* no. 49, Fevereiro de 2017. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7648/1/Radar_n49_considerações.pdf. Consultado em 9/12/2017.

RISTOFF, D. I. Democratização do Campus: impactos dos programas de inclusão sobre o perfil da graduação. *GEA*, n. 9, 2016.

SAVIANI, D. “A expansão do ensino superior no brasil: mudanças e continuidades”. *Póiesis Pedagógica*, v. 8, n. 2, p. 4–17, 2010.

TRÓPIA, P. V. Apoio e alianças de classe à política para o ensino superior no governo Lula. *Universidade e Sociedade* (Brasília), v. 43, p. 169-182, 2009.